



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI MUNICIPAL Nº. 1122, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1.998

“Dispõe sobre a instituição da taxa de vigilância sanitária no Município e dá outras providências.”

LEI

Artigo 1º. - Danilo Franco, Prefeito Municipal de Rio Grande da Serra, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

Artigo 1º. - A taxa de fiscalização e serviço de vigilância sanitária no Município de Rio Grande da Serra é devida em razão da utilização do serviço público, ou em razão do poder de polícia, de acordo com a Tabela que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º. - São contribuintes da taxa de vigilância sanitária as pessoas físicas ou jurídicas que solicitarem a prestação do serviço público ou a prática de atos decorrentes da atividade do poder de polícia.

Artigo 3º. - O valor da taxa será lançado em UFIR (Unidade Fiscal de Referência) e convertido em Real, em conformidade com a Tabela mencionada no artigo 1º. desta Lei.

Parágrafo Único - Para pagamento da taxa far-se-á a conversão em moeda corrente pelo valor da UFIR vigente relativo ao período em questão.

Artigo 4º. - Na hipótese de expedição do alvará anual para estabelecimento que estiver iniciando suas atividades, a taxa será devida proporcionalmente aos meses em que se der o início da atividade.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comerciais que já estiverem em funcionamento deverão se cadastrar junto à Vigilância Sanitária Municipal até o último dia do mês de março de 1.999 e recolher a taxa devida referente àquele exercício.



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 5º. - O recolhimento da taxa inicial far-se-á quando da solicitação da prestação do serviço ou da prática do ato, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares.

§ 1º. - Quando o estabelecimento exercer mais de uma atividade, será enquadrado no item em que a taxa for a de maior valor.

§ 2º. - Tratando-se de revalidação, a solicitação deverá ser feita até o último dia do mês de março do exercício correspondente.

Artigo 6º. - A Taxa complementar deverá ser recolhida após fiscalização da Vigilância Sanitária, verificadas efetivamente as condições regulares do estabelecimento, sendo estas condições indispensáveis para a expedição de alvará anual.

Artigo 7º - Sem prejuízo das medidas administrativas e aplicações de outras sanções cabíveis, a inobservância de formalidades ou prazos para a solicitação da prática de qualquer dos atos enumerados no anexo desta Lei, ou para pagamento da taxa correspondente sujeitará o contribuinte às seguintes penalidades:

I - Multa de valor igual a duas vezes o da taxa devida, se verificada, cumulativamente, a falta de solicitação e falta de pagamento das taxas;

II - Multa de valor igual a duas vezes o da taxa devida ou da parte faltante se, feita a solicitação, verificar-se a falta ou insuficiência de pagamento;

III - Multa de valor igual a uma vez o da taxa devida, se regularizada a situação antes de qualquer procedimento administrativo;

IV - Na hipótese de revalidação, multa correspondente a uma vez o valor da taxa devida, quando a solicitação for feita após o último dia do mês de março de cada exercício.

Parágrafo Único - Para o cálculo das multas estabelecidas neste artigo será considerado o valor vigente do período em que se lavrar o auto de infração.

Artigo 8º. - O recolhimento da taxa instituída nos termos desta Lei não será restituído, salvo nos casos de haver o recolhimento sem a devida prestação do serviço ou a prática do ato.

Artigo 9º. - O servidor ou autoridade pública municipal que prestar serviço sem o recolhimento da respectiva taxa ou com insuficiência de pagamento, responderá solidariamente com o sujeito passivo da obrigação pelo tributo não recolhido, bem como pela multa cabível.



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra
ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA - TAXAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Artigo 10º. - As taxas e multas estabelecidas nesta Lei serão destinadas ao Fundo Municipal de Saúde de Rio Grande da Serra.

Artigo 11 - As disposições contidas nesta Lei quanto a prazos e multas aplicar-se-ão aos serviços executados, pela vigilância sanitária municipal, estabelecidos em Decreto Municipal.

Artigo 12 - São isentos de taxa de fiscalização:

I - Órgãos da administração direta da União, Estados e Municípios que tenham sede neste Município.

II - Autarquias e Fundações Municipais.

Artigo 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, 03 de dezembro de 1.998 - 34º Ano de Emancipação Político-Administrativa do Município.

DANILO FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado no quadro de editais e registrado na Secretaria da Administração na mesma data.

	Unidade	Complementar	Anual
1.1.1	Indústria de alimentos, salgados, embalgens, gele...	905,94	957,96
1.1.2	Indústria de doces, sorvetes e pastilhas	905,94	957,96
1.1.3	Indústria de cosméticos, perfumaria e produtos de higiene e perfumes, saneantes domiciliares	905,94	957,96
1.1.4	Supermercados e comércio varejista	618,56	670,58
1.1.5	Provedores de serviços de saúde	618,56	670,58
1.1.6	Distribuidora/depositária de bebidas	331,17	383,19
1.1.7	Indústria de bebidas	331,17	383,19
1.1.8	Sorveteria	331,17	383,19
1.1.9	Distribuidora de produtos de higiene e limpeza	331,17	383,19
1.1.10	Aplicadores de produtos químicos de limpeza	331,17	383,19
1.1.11	Agência, açougue, peixaria, lanchonete, quitandas, feitoria, pastelaria	287,39	287,39
1.1.12	Mercado de produtos	287,39	287,39
1.1.13	Comércio de bebidas e alimentos	287,39	287,39
1.1.14	Disciplinária, posto de fiscalização	287,39	287,39
1.1.15	Distribuidoras de produtos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes e saneantes domiciliares	287,39	287,39
1.1.16	Indústria de produtos de higiene e limpeza, artigos cirúrgicos, dentários	287,39	287,39
1.1.17	Deposito fabricado de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e diagnósticos	287,39	287,39
1.1.18	Indústria de produtos de higiene e limpeza	476,96	476,96
1.1.19	Drogaria	331,17	383,19
1.1.20	Comércio de ovos, de bebidas, frutaria, verduras, legumes, quitandas, bar, feitoria	139,57	191,59
1.1.21	Visitors de veículos autoconstruídos para transporte de alimentos	139,57	191,59
1.1.22	Comércio ambulante de alimentos e bebidas	41,61	52,01
2	Serviços de Saúde		
2.1	Estabelecimentos de assistência médica-hospitalar		
2.1.1	a) até 50 leitos	331,17	383,19
2.1.2	b) de 50 a 250 leitos	618,56	670,58
2.1.3	c) com mais de 250 leitos	905,94	957,96
2.2	Estabelecimentos de assistência em nível ambulatorial	287,39	287,39



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra
ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA – TAXAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
VALORES EXPRESSOS EM UFIR

1	Produtos de Interesse à Saúde	Taxa Inicial	Taxa Complementar	Taxa de Renovação Anual
1.1	Indústria de alimentos, aditivos, embalagens, gelo, tinta/verniz, para fins alimentícios:			
1.1.1	Envasadora de água mineral e potável de mesa	52,02	905,94	957,96
1.1.2	Cozinha industrial, empacotadora de alimentos	52,02	905,94	957,96
1.1.3	Indústria de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários	52,02	905,94	957,96
1.1.4	Supermercados e congêneres	52,02	618,56	670,58
1.1.5	Prestadora de serviços de esterilização	52,02	618,56	670,58
1.1.6	Distribuidora/depósito de alimentos, bebidas e águas minerais	52,02	331,17	383,19
1.1.7	Restaurante, churrascaria, rotisserie, pizzaria, padaria, confeitaria e similares	52,02	331,17	383,19
1.1.8	Sorveteria	52,02	331,17	383,19
1.1.9	Distribuidora com retalhamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários	52,02	331,17	383,19
1.1.10	Aplicadora de produtos saneantes domissanitários	52,02	331,17	383,19
1.1.11	Açougue, avícola, peixaria, lanchonete, quiosques, trailer e pastelaria	52,02	235,37	287,39
1.1.12	Mercearia e congêneres	52,02	235,37	287,39
1.1.13	Comércio de laticínios e embutidos	52,02	235,37	287,39
1.1.14	Dispensário, posto de medicamento e ervanaria	52,02	235,37	287,39
1.1.15	Distribuidoras s/fracionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes e saneantes Domissanitários, casas de artigos cirúrgicos, dentários	52,02	235,37	287,39
1.1.16	Depósito fechado de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários	52,02	235,37	287,39
1.1.17	Farmácia	52,02	426,96	478,98
1.1.18	Drogaria	52,02	331,17	383,19
1.1.19	Comércio de ovos, de bebidas, frutaria, verduras, legumes, quitanda, bar, feira livre	52,02	139,57	191,59
1.1.20	Vistoria de veículos automotores para transporte de alimentos	52,02	139,57	191,59
1.1.21	Comércio ambulante de alimentos e bebidas	10,40	41,61	52,01
2	Serviços de Saúde			
2.1	Estabelecimentos de assistência médica-hospitalar			
2.1.1	a) até 50 leitos	52,02	331,17	383,19
2.1.2	b) de 50 a 250 leitos	52,02	618,56	670,58
2.1.3	c) com mais de 250 leitos	52,02	905,94	957,96
2.2	Estabelecimentos de assistência médica-ambulatorial	52,02	235,37	287,39



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra
ESTADO DE SÃO PAULO

2.3	Estabelecimentos de assistência médica de urgência	52,02	331,17	383,19
2.4	Hemoterapia:			
2.4.1	Serviço ou instituto de hemoterapia	52,02	426,96	478,98
2.4.2	Banco de sangue	52,02	187,48	239,50
2.4.3	Agência transfusional	52,02	139,57	191,59
2.4.4	Posto de coleta	52,02	43,78	95,80
2.5	Unidade nefrológica (hemodiálise, diálise peritoneal ambulatorial contínua, diálise peritoneal intermitente e congêneres	52,02	426,96	478,98
2.6	Instituto ou clínica de fisioterapia, de ortopedia	52,02	235,37	287,39
2.7	Instituto de beleza	52,02	139,57	191,59
2.8	Instituto de beleza com responsabilidade médica	52,02	235,37	287,39
2.8.1	- pedicure/podóloga	52,02	139,57	191,59
2.9	Instituto de massagem, de tatuagem, ótica e laboratório de ótica	52,02	139,57	191,59
2.10	Laboratório de análises clínicas patologia clínica, hematologia clínica, anatomia patológica, citologia líquido cefalo-raquidiano congêneres	52,02	139,57	191,59
2.11	Posto de coleta de laboratório de análises clínicas, patologia clínica, hematologia clínica anatomia patológica, citologia, líquido céfalo-raquidiano e congêneres	52,02	43,78	95,80
2.12	Banco de olhos, órgãos, leite e outras secreções	52,02	187,48	239,50
2.13	Estabelecimentos que se destinam a prática de esportes:	52,02	139,57	191,59
2.13.1	- Com responsabilidade médica	52,02	139,57	191,59
2.14	Estabelecimentos que se destinam ao transporte de pacientes	52,02	43,78	95,80
2.15	Clínica médico-veterinária	52,02	139,57	191,59
2.16	Estabelecimentos de assistência odontológica:			
2.16.1	- Consultório odontológico	52,02	91,68	143,70
2.16.2	- Demais estabelecimentos	52,02	283,27	335,29
2.17	Laboratório ou oficina de prótese dentária	52,02	139,57	191,59
2.18	Estabelecimentos que utilizam radiação ionizante, incluindo os consultórios dentários:			
2.18.1	- Serviços de medicina nuclear "IN-VIVO"	52,02	331,17	383,19
2.18.2	- Serviços de medicina nuclear "IN-VITRO"	52,02	91,68	143,70
2.18.3	- Equipamentos de radiologia médica/odontológica	52,02	139,57	191,59
2.18.4	- Equipamentos de radioterapia	52,02	235,37	287,39
2.18.5	- Conjunto de fontes de radioterapia	52,02	139,57	191,59
2.19	Vistoria de veículos para transporte e atendimento de doentes			
2.19.1	- Terrestre	52,02	43,78	95,80
2.19.2	- Aéreo	52,02	139,57	191,59
2.20	Clínica de repouso, idosos:			
2.20.1	- Com responsabilidade médica	52,02	235,37	287,39
2.20.2	- Sem responsabilidade médica	52,02	139,57	191,59
3	Demais estabelecimentos não especificados, sujeitos à fiscalização	52,02	235,37	287,39
4	Atos diversos praticados pela Vigilância Sanitária:			
4.1	Rubrica de livros:			
4.1.1	a) até 100 folhas	28,74	-	-



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra
ESTADO DE SÃO PAULO

4.1.2	b) de 101 a 200 folhas	43,11	-	-
4.1.3	c) acima de 200 folhas	52,69	-	-
4.2	Termo de responsabilidade técnica	47,90	-	-
4.3	Visto em notas fiscais de produtos sujeitos ao controle especial			
4.3.1	a) até 05 notas	19,15	-	-
4.3.2	b) por nota que crescer	0,19	-	-
4.4	Cadastramento dos estabelecimentos que utilizam produtos de controle especial, bem como as de insumos químicos	47,90	-	-

DANILO FRANCO, Prefeito Municipal de Rio Grande da Serra, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Fundação Procon, que tem por objetivo o estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor e demais normas de Política Nacional das Relações de Consumo, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Artigo 2º. - As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, aos 03 de dezembro de 1.998 - 34º Ano de Emancipação Político-Administrativa do Município.

DANILO FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado no quadro de editais na mesma data.

PL. nº 032.10.98-PM
AUT. nº 079.11.98-CM
Proc. Adm. nº 1232/98-PM